



M E C / S E T E C

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO

C o n s e l h o D i r e t o r

RESOLUÇÃO CD Nº 15/2008, DE 9 DE MAIO DE 2008.

SUBSTITUI a Resolução CD nº 13/2007, de 18/06/2007, que normatiza a realização de concursos públicos para a carreira docente no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições regimentais e

CONSIDERANDO:

- I. a Medida Provisória nº 430, de 14 de maio de 2008, publicada no D.O.U. de 14 de maio de 2008, que introduz modificações profundas na carreira docente nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- II. os prazos e condições para realização de concurso público para as novas Unidades dos Planos de Expansão I e II da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme as Portarias Ministério da Educação nºs 544 e 545, de 06/05/2008, e a Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 95, de 06/05/2008;

RESOLVE alterar a Resolução CD nº 13/2007, que passa a vigorar com a presente redação.

Disposições Preliminares

Art. 1º A admissão para a categoria funcional de Professor da carreira de Magistério do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo será feita mediante a habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, na forma desta Resolução.

Art. 2º A solicitação de abertura de Concurso Público será encaminhada pelo Diretor da Unidade ao Diretor-Geral, após consulta às coordenadorias da unidade, conforme regulamentação própria, devendo constar na solicitação:

- I- a(s) classe(s) do(s) docente(s);
- II- a(s) coordenadoria(s) de alocação da(s) vaga(s);
- III- a titulação mínima exigida de acordo com o § 1º do artigo 3º desta Resolução;
- IV- o regime de trabalho;
- V- o programa da disciplina, o conjunto de disciplinas ou a área de estudos, descrito em, no mínimo, 5 tópicos, e, no máximo, em 10 tópicos;
- VI- a sugestão dos nomes para composição da(s) Banca(s) Examinadora(s), a ser submetida à Comissão Organizadora do Concurso.

§ 1º A solicitação deverá ser acompanhada da ata da reunião em que tenham sido aprovados a realização do Concurso e os itens previstos no *caput* deste artigo.

§ 2º Os itens III a VI serão estabelecidos pela(s) coordenadoria(s) de alocação da(s) vaga(s).

Art. 3º A abertura de inscrição para o concurso será autorizada pelo Diretor-Geral, a quem cabe expedir o Edital correspondente.

§ 1º Poderão concorrer ao Concurso Público previsto nesta Resolução os candidatos portadores dos Graus e Títulos abaixo discriminados:

- I- para Professor Classe D I: Curso de Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia), Especialização, Mestrado, Doutorado completo ou Título de Livre-Docente, conforme a exigência de titulação mínima estabelecida no Edital do concurso.

§ 2º Apenas serão considerados os Graus e Títulos correspondentes à disciplina, conjunto de disciplinas, área, subárea ou especialidade em que se realiza o Concurso Público.

§ 3º Para fins do disposto no parágrafo anterior, a Comissão Organizadora do Concurso, prevista no artigo 4º, consultada a Coordenadoria de alocação da vaga, poderá considerar a existência de afinidade entre a área de formação do candidato e a requerida para participação no Concurso Público.

§ 4º Serão considerados para os fins de capacitação a que se refere o § 1º deste artigo:

- I- os títulos de Doutor, Mestre ou Graduado, obtidos em cursos credenciados, ou reconhecidos, ou os revalidados quando obtidos em Instituições Estrangeiras.
- II- os títulos de Livre-Docente obtidos em processo de habilitação, na forma da legislação federal vigente quando de sua obtenção.

§ 5º A publicação do Edital no Diário Oficial da União e na página na Internet do Cefetes deve ocorrer com, no mínimo, dez dias de antecedência ao término das inscrições dos candidatos para o Concurso Público.

§ 6º O Edital de abertura de inscrição do Concurso Público deve fixar, no mínimo, as seguintes exigências:

- I- as condições gerais para a inscrição, tais como: data de início e término, horários, valores das taxas de inscrição, documentação exigida e demais procedimentos para a sua realização;
- II- as condições específicas para a inscrição, especialmente a titulação exigida na área, subárea ou especialidade na data da inscrição;
- III- o número de vagas por classe e por disciplina, conjunto de disciplinas ou área de conhecimento;
- IV- informações sobre o período de realização das provas;
- V- as fases do Concurso Público;
- VI- o prazo de validade do Concurso Público;
- VII- as condições especiais para o exercício do cargo;
- VIII- o regime de trabalho;
- IX- o nome da Unidade do Cefetes em que o servidor será lotado.

§ 7º A critério do Diretor-Geral, outras exigências poderão ser estabelecidas, além dos requisitos legais para a investidura no cargo.

Da Comissão Organizadora do Concurso

Art. 4º O Diretor-Geral designará uma Comissão Organizadora do Concurso, com as seguintes atribuições:

- I- planejar, coordenar e supervisionar a realização do concurso;
- II- analisar e julgar a inscrição dos candidatos;
- III- designar a Banca Examinadora;
- IV- acompanhar a execução do concurso e os resultados, até a respectiva homologação;
- V- analisar e julgar os recursos referentes às decisões das Bancas Examinadoras, conforme o Art. 23 desta Resolução.

Da Inscrição

Art. 5º No ato da inscrição os candidatos deverão entregar o comprovante de pagamento de taxa de inscrição, conforme fixado no Edital do Concurso, e cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade ou, no caso de estrangeiro, o registro nacional de estrangeiro (RNE) e o passaporte;
- b) título eleitoral, dispensado no caso de estrangeiro;

- c) comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (última eleição), dispensado no caso de estrangeiro;
- d) comprovante de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos de sexo masculino), dispensado no caso de estrangeiro;
- e) diploma de graduação, certificado de curso de especialização ou diploma de mestrado ou doutorado, de acordo com o Edital.

§ 1º Além das cópias autenticadas dos documentos referidos no *caput* deste artigo, os candidatos para professor da **Classe D I com exigência de mestrado ou doutorado** devem apresentar, também, os seguintes documentos:

- a) o currículo *lattes* atualizado junto ao CNPq, impresso no modelo completo, encadernado, em 3 vias, acompanhado das fotocópias dos comprovantes encadernadas à parte, em uma via.

§ 2º Na ausência de cópias autenticadas, o candidato deverá providenciar a apresentação dos originais para efeito de autenticação no ato da entrega da cópia, sob pena de sua não aceitação.

§ 3º Os diplomas poderão ser substituídos por certificados de conclusão acompanhados de declaração, ambos emitidos pela instituição responsável pelo curso, nos quais devem constar o reconhecimento do curso pelo MEC, o cumprimento dos requisitos para a outorga do grau pelo candidato e o prazo para expedição do diploma.

§ 4º Será indeferida a inscrição do candidato que não satisfizer as condições exigidas, não apresentar títulos devidamente revalidados e não apresentar requerimento instruído com os documentos necessários.

Art. 6º No ato da inscrição os candidatos devem receber os seguintes documentos:

- a) recibo da inscrição em que constem os documentos entregues e as informações referentes à vaga para a qual o candidato se inscreveu;
- b) cópia impressa do edital do concurso;
- c) manual do candidato.

Das Bancas Examinadoras

Art. 7º A Banca Examinadora para a **prova de Conhecimentos Específicos** deverá ser constituída:

- I - **para Professor Classe D I com exigência de doutorado**: por 3 professores que possuam o Grau de Doutor ou Título de Livre-docente;
- II - **para Professor Classe D I com exigência de mestrado**: por 3 professores, sendo 2, no mínimo, que possuam o Grau de Doutor ou de Livre-docente e um 1 que possua o Grau de Mestre;
- III - **para Professor Classe D I com exigência de especialização**: por 3 professores, sendo 2, no mínimo, que possuam o Grau de Doutor, de Livre-docente ou de Mestre e um 1 Especialista.

IV – **para Professor Classe D I com exigência de graduação:** por 3 professores, sendo 2, no mínimo, que possuam o Grau de Doutor, de Livre-docente ou de Mestre ou Especialista e um 1 Graduado.

§ 1º Deverá ser indicada uma Banca Examinadora para cada disciplina, conjunto de disciplinas ou área de conhecimento e classe.

§ 2º O Grau de Doutor ou o Título de Livre-docente a que se refere este artigo deverá ter sido obtido conforme preceitua o § 4º do artigo 3º desta Resolução.

§ 3º Nenhum membro da Banca Examinadora pertencente à carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico poderá ser de classe inferior à pretendida pelo candidato.

§ 4º Os membros da Banca Examinadora deverão ter seus Graus e Títulos correspondentes à disciplina, conjunto de disciplinas ou área em que se realiza o Concurso Público.

§ 5º Na impossibilidade comprovada de composição conforme as exigências acima, caberá à Comissão instituída pelo Art. 4º desta Resolução decidir sobre a composição da Banca Examinadora.

Art. 8º A Banca Examinadora para a **prova de Desempenho Didático** deverá ser constituída:

I - **para Professor Classe D I com exigência de doutorado:** por 2 professores que possuam o Grau de Doutor ou Título de Livre-docente e 1 pedagogo;

II - **para Professor Classe D I com exigência de mestrado:** por 2 professores, sendo 1, no mínimo, que possua o Grau de Doutor ou de Livre-docente, 1 que possua o Grau de Mestre e 1 pedagogo;

III - **para Professor Classe D I com exigência de especialização:** por 2 professores, sendo 1, no mínimo, que possua o Grau de Doutor, de Livre-docente ou de Mestre, 1 Especialista e 1 pedagogo.

IV – **para Professor Classe D I com exigência de graduação:** por 2 professores, sendo 1, no mínimo, que possua o Grau de Doutor, de Livre-docente ou de Mestre ou Especialista, 1 Graduado e 1 pedagogo.

§ 1º Deverá ser indicada uma Banca Examinadora para cada disciplina, conjunto de disciplinas ou área de conhecimento e classe.

§ 2º O Grau de Doutor ou o Título de Livre-docente a que se refere este artigo deverá ter sido obtido conforme preceitua o § 4º do Art. 3º desta Resolução.

§ 3º Os membros da Banca Examinadora deverão ter seus Graus e Títulos correspondentes à disciplina, conjunto de disciplinas ou área em que se realiza o Concurso Público.

§ 4º Na impossibilidade comprovada de composição conforme as exigências acima, caberá à Comissão instituída pelo Art. 4º desta Resolução decidir sobre a composição da Banca Examinadora.

Art. 9º A Banca Examinadora para a **prova de Títulos** deverá ser constituída:

- I - **para Professor Classe D I com exigência de doutorado:** por 1 professor que possuam o Grau de Doutor ou Título de Livre-docente e 2 servidores da área de Desenvolvimento de Pessoal;
- II - **para Professor Classe D I com exigência de mestrado:** por 1 professor que possua o Grau de Doutor ou de Livre-docente ou de Mestre e 2 servidores da área de Desenvolvimento de Pessoal;
- III - **para Professor Classe D I com exigência de especialização:** por 1 professor que possua o Grau de Doutor, de Livre-docente, de Mestre ou de Especialista e 2 servidores da área de Desenvolvimento de Pessoal;
- IV – **para Professor Classe D I com exigência de graduação:** por 1 professor que possua o Grau de Doutor, de Livre-docente de Mestre, de Especialista ou Graduado e 2 servidores da área de Desenvolvimento de Pessoal.

§ 1º Deverá ser indicada uma Banca Examinadora para cada disciplina, conjunto de disciplinas ou área de conhecimento e classe.

§ 2º O Grau de Doutor ou o Título de Livre-docente a que se refere este artigo deverá ter sido obtido conforme preceitua o § 4º do Art. 3º desta Resolução.

§ 3º Os membros da Banca Examinadora deverão ter seus Graus e Títulos correspondentes à disciplina, conjunto de disciplinas ou área em que se realiza o Concurso Público.

§ 4º Na impossibilidade comprovada de composição conforme as exigências acima, caberá à Comissão instituída pelo Art. 4º desta Resolução decidir sobre a composição da Banca Examinadora.

Art. 10. As Bancas Examinadoras serão designadas pela Comissão Organizadora do Concurso por meio de Portaria a ser publicada na página do Cefetes.

Art. 11. A partir da publicação da Portaria de nomeação das Bancas Examinadoras na página de internet do Cefetes será iniciada a contagem do prazo de 48 horas para a interposição de recursos contra as composições das mesmas.

§ 1º O recurso será de reconsideração e formulado ao Presidente da Comissão, devendo ser fundamentado com as razões de fato e de direito que o justifiquem, sob pena de indeferimento liminar.

§ 2º O membro da Banca Examinadora com relação de parentesco até segundo grau com candidato inscrito no Concurso Público deverá manifestar, expressamente, seu impedimento até 5 dias após o término das inscrições dos candidatos.

§ 3º Não ocorrendo de ofício o procedimento de que trata o parágrafo anterior, o candidato, sob pena de ter sua inscrição anulada, deverá, no mesmo prazo, solicitar o afastamento e a substituição do impedido, ou qualquer dos inscritos poderá fazê-lo.

Das Provas

Art. 12. O Concurso Público compreenderá o julgamento de:

- I. prova de Conhecimentos Específicos, escrita e, quando couber, também prova prática;

- II. prova de Desempenho Didático;
- III. prova de Títulos.

§ 1º A exigência de prova prática deverá constar do Edital, por proposta da Coordenadoria a que se vincula a disciplina, conjunto de disciplinas ou área de estudos.

§ 2º A cada uma das provas constantes nos incisos I a III deste Artigo será atribuída uma nota com valor de 0 (zero) a 100 (cem).

§ 3º Quando couber prova prática, a nota referente ao Inciso I será a média das notas das provas escrita e prática.

§ 4º A nota do candidato em cada julgamento corresponderá à média aritmética entre as notas emitidas pelos membros das Bancas Examinadoras.

Art. 13. A prova de Conhecimentos Específicos consistirá na avaliação dos conhecimentos de cada candidato sobre o conteúdo da disciplina, conjunto de disciplinas, área, subárea ou especialidade, conforme o programa estabelecido.

Art. 14. A prova Conhecimentos Específicos será realizada obedecendo às seguintes condições:

I. Para Professor Classe D I com exigência de Mestrado ou Doutorado:

- a) constará de prova discursiva ou dissertativa, com base no programa aprovado pela Coordenadoria;
- b) será realizada simultaneamente para todos os candidatos;
- c) poderá, a critério da Banca Examinadora, constar de uma dissertação sobre tema a ser sorteado;
- d) a prova terá valor total de 100 (cem) pontos, sendo eliminado o candidato que zerar a prova;
- e) no caso de dissertação, o tema será sorteado em lista de 5 (cinco) a 10 (dez) pontos, estabelecidos pela Banca Examinadora em sua reunião de instalação, com base no programa aprovado pela Coordenadoria, podendo cada ponto referir-se a mais de um assunto;
- f) no caso de dissertação, o tema será sorteado 1 hora antes do início da prova, no mesmo local de sua realização, de onde os candidatos só poderão se ausentar acompanhados de um fiscal;
- g) no caso de dissertação, será precedida de 1 hora de consulta bibliográfica, tendo a duração máxima de 3 horas, excluindo-se o período de consulta;
- h) é vedado ao candidato realizar anotações no prazo de consulta e fazer consultas durante a prova, sob pena de exclusão do Concurso Público.

II. Para Professor Classe D I com exigência de Graduação ou Especialização:

- a) constará de prova de múltipla escolha, com base no programa aprovado pela Coordenadoria;

- b) será realizada simultaneamente para todos os candidatos;
- c) a prova de múltipla escolha terá de 40 (quarenta) questões, perfazendo um valor total de 100 (cem) pontos;
- d) será eliminado o candidato que não atingir a pontuação correspondente ao mínimo de 50% da prova;
- e) a prova terá duração máxima de 4 horas;
- f) é vedado ao candidato realizar consultas durante a prova, sob pena de exclusão do Concurso Público;
- g) os recursos que poderão ser utilizados no transcorrer da prova escrita serão fixados no Edital do Concurso.

Art. 15. A prova prática será realizada segundo critérios fixados pela coordenadoria, considerando a natureza e a peculiaridade da disciplina, o conjunto de disciplinas, a área, a subárea ou a especialidade de que trata o Concurso.

§ 1º A prova prática deverá ser seguida de relato escrito e circunstanciado da prática, realizado pelo candidato.

§ 2º A prova prática de cada candidato deverá ser documentada pela Banca Examinadora por meio do preenchimento de uma Ficha de Observação, cujos critérios e pontos serão disponibilizados aos candidatos por ocasião da inscrição, acompanhado do relato escrito e definido no § 1º deste artigo.

§ 3º A critério da Coordenadoria interessada, a prova prática poderá constar da exposição oral e escrita de projetos de pesquisa a serem realizados no prazo de 3 anos, devendo essa condição constar no Edital do Concurso.

Art. 16. A prova didática terá como objetivo aferir a capacidade do candidato em relação aos procedimentos didáticos, ao domínio e ao conhecimento do assunto abordado e às condições para o desempenho de atividades docentes.

§ 1º A prova referida neste artigo constará de uma aula com duração de 60 (sessenta) minutos, de acordo com os seguinte dispositivos:

- I. a aula consistirá em preleção sobre tema comum, sorteado com antecedência de 24 horas, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Banca Examinadora, com base no programa do Concurso;
- II. o tempo da aula será distribuído da seguinte forma:
 - a) 45 minutos de exposição;
 - b) 15 minutos de argüição pela Banca Examinadora.

§ 2º No início da prova didática o candidato deverá entregar 3 cópias de seu plano de aula à Banca Examinadora.

§ 3º Será eliminado o candidato que não atingir 60% de desempenho nesta prova.

§ 4º A prova didática será pública, porém não poderá ser presenciada pelos demais candidatos.

§ 5º Durante a prova de Desempenho Didático é vedado qualquer tipo de manifestação ou interpelação do público ao candidato.

§ 6º A Coordenadoria envolvida poderá promover divulgação junto a alunos e a professores quanto à realização da prova didática, informando o tema da aula, relação dos candidatos, data, horário e local de realização da prova.

§ 7º Os recursos que poderão ser utilizados no decorrer da prova didática serão informados aos candidatos por ocasião do sorteio a que se refere o § 1º deste Artigo.

§ 8º Os membros da Banca Examinadora poderão argüir o candidato sobre o tema da aula, observado o prazo estabelecido na alínea b, inciso II do Art. 16.

Art. 17. A prova de Títulos consistirá na avaliação de:

- I. títulos (Grupo 1);
- II. atividades de Magistério (Grupo 2);
- III. atividades profissionais não docentes (Grupo 3);
- IV. produção acadêmica relacionada à área do concurso (Grupo 4).

§ 1º No julgamento dos itens referidos no *caput* deste artigo serão apreciados, em particular, a qualidade e a continuidade da produção intelectual ou técnica do candidato e sua experiência docente.

§ 2º A nota atribuída pelo Examinador referente aos títulos será a média ponderada das notas conferidas a cada um dos seguintes grupos:

- a) Grupo 1 – avaliação da formação acadêmica e da titulação dos candidatos, especificamente no que se referir à área ou à disciplina do concurso;
- b) Grupo 2 – avaliação da atuação profissional dos candidatos, especificamente no que estiver relacionado ao ensino na área ou à disciplina do concurso, considerando-se os últimos 5 anos;
- c) Grupo 3 – avaliação da experiência dos candidatos na área do concurso, em atividades não docentes, considerando-se os últimos 5 anos;
- d) Grupo 4 – avaliação da produção bibliográfica, técnica, artística e cultural dos candidatos, orientações e participações em bancas examinadoras, considerando-se a produção dos últimos 5 anos.

§ 3º A cada grupo corresponderá peso previamente definido pela coordenadoria interessada;

§ 4º A nota final referente aos títulos corresponderá à média das notas conferidas pelos examinadores.

§ 5º Todos os itens deverão ser comprovados mediante documentos comprobatórios das atividades realizadas e do tempo em que foram desenvolvidas.

§ 6º Não são considerados, para efeito deste artigo:

- I. o simples desempenho de função pública;
- II. a condição de sócio de entidade;
- III. os concedidos como honraria.

Da Classificação

Art. 18. A nota final de cada candidato será obtida mediante o somatório das notas obtidas em cada prova.

Art. 19. Será eliminado o candidato que:

- I. faltar a qualquer das provas;
- II. não alcançar a pontuação mínima nas provas de conteúdo específico ou de desempenho didático.

Art. 20. Os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente das notas finais.

Parágrafo único. Em caso de empate, terá preferência o candidato com:

- I. maior titulação;
- II. maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;
- III. maior nota na Prova Didática;
- IV. maior nota na Prova de Títulos;
- V. maior tempo de exercício de magistério;
- VI. menor número de inscrição.

Das Disposições Gerais

Art. 21. Na composição das Bancas Examinadoras não haverá qualquer restrição à participação de docentes que se encontrem no período de estágio probatório, desde que sejam atendidos os critérios dispostos nos Artigos 7º ao 9º desta Resolução.

Art. 22. As médias entre as notas conferidas pelos examinadores em cada prova serão consideradas sem casas decimais, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da primeira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

Art. 23. Do julgamento das Bancas Examinadoras, caberá recurso exclusivamente relacionado à formulação das questões da prova de conhecimentos específicos.

§ 1º O recurso deverá ser fundamentado e dirigido à Comissão Organizadora do Concurso que, ouvida a Banca Examinadora, deferirá ou não o mesmo.

§ 2º O prazo para interposição do recurso a que se refere o *caput* deste artigo é de 24 horas, contadas da divulgação do resultado da prova escrita.

Art. 24. Concluído o julgamento do Concurso, obriga-se a Banca Examinadora a elaborar relatório, no qual serão registradas as notas atribuídas pelos examinadores a cada prova, a nota final de cada uma, a nota final de cada candidato e a classificação dos aprovados.

Parágrafo único. O relatório previsto no *caput* deste artigo deverá ser entregue à Comissão Organizadora do Concurso no prazo máximo de 48 horas após a conclusão do julgamento da última prova.

Art. 25. No prazo máximo de 5 dias, contados da data de entrega do relatório, o resultado final deverá ser submetido pela Comissão Organizadora do Concurso à homologação pelo Diretor-Geral, que examinará tão somente o cumprimento formal das normas pertinentes.

§ 1º Por inobservância de norma legal, caberá recurso ao Conselho Diretor contra o ato homologatório, no prazo improrrogável de 48 horas, a contar de sua publicação.

§ 2º Homologado o Concurso e julgados os recursos interpostos, será colocada à disposição dos candidatos a documentação comprobatória de seus títulos.

Art. 26. O Concurso terá validade de no máximo 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, contado de sua homologação, a critério do Diretor-Geral.

Art. 27. A aprovação do candidato no concurso garante a expectativa de direito de ser admitido dentro da ordem classificatória, ficando a concretização desse ato condicionada à observância da legislação pertinente.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral, *ad referendum* do Conselho Diretor.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

JADIR JOSÉ PELA
Presidente do Conselho Diretor